



EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e outros materiais de consumo, bem como prestação de serviço para confecção de carimbos para uso interno da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO: Na internet, pelo site www.parademinas.mg.leg.br, ou na sala de licitações, nº 415, situada na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, Pará de Minas/MG.

ESCLARECIMENTOS: E-mail: licitacao@camarapm.mg.gov.br; Telefone (37) 3237-6079; ou na sala de licitações (nº 415).

O EDITAL CONSTANTE NOS AUTOS PREVALECERÁ SOBRE O DISPONIBILIZADO NA INTERNET, CASO HAJA DIVERGÊNCIA SOBRE ELES.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

CRENCIAMENTO: será realizado no dia **13/09/2019** de 8:30h às 9h, na Sala de Licitações, nº 415, localizada na sede da Câmara.

Observação: O horário de chegada de representantes das licitantes para credenciamento é até 09h. Representantes que chegarem após o horário de 09h não serão credenciados. Para evitar atraso no início da Sessão Pública o Pregoeiro solicita que os representantes se esforcem para chegar o mais próximo das 8:30h possível. Excepcionalmente, caso algum licitante compareça após às 09h para credenciamento e o Pregoeiro ainda esteja credenciando os demais, fica a critério deste a decisão de credenciar ou não o(s) respectivo(s) licitante(s).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA / ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/09/2019

HORÁRIO: 09:10h

LOCAL: Sala de Licitações, nº 415, na sede da Câmara Municipal, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, no Município de Pará de Minas/MG.

Pregoeiro: Evandro Rafael Silva

Equipe de apoio: Euler Aparecido de Souza Garcia
Carmélia Cândida da Silva Delfino
Fernanda Teixeira Almeida

Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 64 de 01 de agosto de 2019.

Esta licitação será regida pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 10.721, de 26 de março de 2019, Lei Municipal nº 5.142, de 07 de fevereiro de 2011 e Decreto Municipal nº 10.722, de 26 de março de 2019, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto neste edital.



PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, integrada pelos servidores designados, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do **Processo Licitatório nº 18/2019**, na modalidade **Pregão Presencial nº 11/2019**, Processo de **Registro de Preço nº 06/2019**, com as seguintes características:

I – OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO** para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e outros materiais de consumo, bem como prestação de serviço para confecção de carimbos para uso interno da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra este Edital como **Anexo I**.

1.2. As quantidades indicadas no **Anexo I** representam estimativa de consumo sem que haja obrigação de aquisição total.

1.3. A Ata de Registro de Preços vigorará por **12 meses** a contar de sua publicação no Diário Oficial do Município.

II- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A presente licitação é **exclusiva** para **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores individuais – MEI**, aptos para o fornecimento dos produtos objeto desta licitação, que atenda aos requisitos deste ato convocatório e aos da legislação específica.

2.2. Não poderá participar da presente licitação quem:

- a)** tiver sido declarada inidônea por qualquer órgão público ou estiver suspensa do direito de participar de licitação;
- b)** que tenha tido sua falência declarada, que se encontre sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação ou insolvência civil;
- c)** estiver em consórcio.

2.2.1. A empresa que estiver em regime de recuperação judicial poderá participar do certame desde que comprove que a sua real situação de capacidade econômico-financeira é compatível com o objeto do presente certame.

2.2.2. Não poderá participar da licitação a pessoa física ou jurídica que tiver seu nome incluído no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no



Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP) do Portal de Transparência da Controladoria Geral da União (CGU), de forma a atender as determinações da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

2.3. Não poderá participar direta e indiretamente da licitação, servidor dirigente da Câmara Municipal de Pará de Minas, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores desta.

2.4. As licitantes deverão apresentar na data e no horário previsto no edital, **dois** envelopes, sendo um contendo a **Proposta Comercial** e outro contendo os **documentos para habilitação**. Estes envelopes deverão ser opacos, estarem fechados e indevassáveis, e deverão conter a Razão Social, CNPJ e endereço do licitante.

2.4.1. Cada um dos envelopes deverá estar identificado com o número deste Pregão e a indicação do conteúdo.

**AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019
“PROPOSTA COMERCIAL”
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO DO LICITANTE**

**AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019
“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO DO LICITANTE**

2.5. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo do **Anexo IV** ao Edital deverá ser apresentada **fora** dos envelopes nº 01 e 02.

2.6. O descumprimento de quaisquer das exigências previstas nos subitens 2.1 a 2.3 e 2.5 implicará a declaração da licitante como **NÃO PARTICIPANTE** da licitação.

III- CREDENCIAMENTO

3.1. No dia, hora e local designados no Edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto ao Pregoeiro.

3.2. As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão por seus sócios, proprietários ou dirigentes, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.

3.3. A pessoa física deverá apresentar no ato do credenciamento o original ou cópia autenticada do documento de identidade.



3.4. A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por carta de credenciamento, conforme modelo do **Anexo III**, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, juntamente com cópia autenticada do documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante.

3.4.1. A Carta de Credenciamento (modelo do **Anexo III**) deverá ser apresentada **fora** dos envelopes nº 01 e 02.

3.5. Será admitido apenas 01 (um) representante na sessão para cada licitante credenciada.

3.6. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação.

3.7. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal implica a presunção de sua capacidade legal para a realização de transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade pelos atos praticados, e este deverá ser distinto e único a cada licitante.

3.8. O licitante que cumprir os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer impedimentos previstos no §4º deste artigo, deverá comprovar sua condição, por meio de declaração, conforme modelo do **Anexo VI**, no momento do credenciamento, sob pena da preclusão.

3.9. Ficam as empresas licitantes optantes pelo regime tributário **SIMPLES** cientes da obrigatoriedade de informar que são optantes desse regime, apresentando declaração conforme modelo do **Anexo VII**;

3.10. As declarações constantes dos modelos dos **Anexos VI e VII** deverão ser apresentadas **fora** dos envelopes números 01 e 02.

3.11. A licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

3.12. A ausência de credenciamento não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia do direito de interposição do recurso e da prática de todos os atos inerentes ao certame.

IV – PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 01

4.1. A proposta comercial deverá ser apresentada sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao



direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e:

- a) ser apresentada com indicação da denominação social, nome completo, número do CNPJ da licitante, endereço, números de telefones e e-mails;
- b) estar assinada por representante legal da empresa nos termos do ato de sua constituição social em caso de pessoa jurídica, ou por quem tenha procuração devidamente comprovada (ou seja, tem que comprovar a procuração, podendo isso ser feito com o documento do Credenciamento. Caso seja outra pessoa a assinar, implica que deverá comprovar a veracidade da procuração);
- c) cotar preços em moeda corrente nacional;
- d) cumprir todas as instruções previstas neste edital;

4.2. Na proposta comercial deverá constar a clara descrição do objeto ofertado, observando **preferencialmente** o modelo disponível no **Anexo VIII** para preenchimento da proposta.

4.2.1. Caso não seja adotado o modelo referido acima, a proposta deverá conter os elementos mínimos para identificação do objeto conforme o exigido no **Anexo I** – Termo de Referência.

4.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos valores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão pública.

4.5. Será **desclassificada** a Proposta Comercial que:

4.5.1. Não atender às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

4.5.2. Apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais de instalação de propriedade do licitante para qual ele renuncie à parcela ou a totalidade da remuneração, ou preços superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto nos art. 44, §3º, e art. 48, II, §§ 1º e 2º, da Lei Federal 8.666/93.

4.5.3. Se o Pregoeiro entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou de outros documentos.



4.6. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

4.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.8. O preço ofertado deverá ser apresentado com precisão de até **02 (duas)** casas decimais.

4.8.1. Na hipótese de apresentação de preços com mais de **02 (duas)** casas decimais, a Equipe de Pregão desprezará todos os valores a partir da 3ª (terceira) casa decimal, inclusive, refazendo o cálculo para efeito de julgamento.

4.9. Para os licitantes que fizerem lances, será considerado o último valor ofertado.

4.10. Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas/lances, o Pregoeiro poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade das propostas para um período específico adicional. Essa solicitação, bem como as respostas dos proponentes, será feita por escrito. O proponente poderá recusar a solicitação, resultando na desistência da participação do processo licitatório, sem que a ele sejam imputadas penalidades por tal ato.

V – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

5.1. Documentos para habilitação jurídica:

5.1.1. Prova de constituição social, podendo ser:

- a)** em caso de empresa individual, o respectivo registro comercial;
- b)** em caso de sociedade comercial, o respectivo Contrato Social, ou documento equivalente, registrado na Junta Comercial;
- c)** em caso de sociedade civil, o respectivo ato constitutivo, registrado no cartório competente, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

5.1.1.1 Ficam **dispensados** de inclusão no envelope de habilitação os documentos descritos acima, em caso de apresentação anterior na fase de credenciamento.

5.1.2. O documento para habilitação jurídica deverá explicitar o objeto social da empresa licitante, o qual deverá ser compatível com o objeto desta licitação, o endereço de sua sede e os atuais responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar documentos em nome da empresa.



5.1.3. A empresa licitante deverá juntar ao documento referido no subitem **5.1.** as últimas alterações ocorridas quanto aos dados referidos no subitem **5.1.2.**, aceitando-se a apresentação apenas da última alteração quando esta expressamente **consolidar** as demais alterações no contrato social, de forma a revelar a situação vigente da empresa, registrada da mesma forma que exigido para o documento alterado.

5.2. Documentos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjuntamente com a prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município;
- f) regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) emitida pela Caixa Econômica Federal;
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5.3. Documentos para comprovação da qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça da sede da licitante, com data não superior a **03 (três) meses** da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

5.4. Outras declarações:

- a) declaração de que a empresa licitante cumpre plenamente o inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, conforme modelo do **ANEXO II;**



- b) declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93, conforme modelo do **ANEXO V**;

5.5. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados sob uma das seguintes formas:

- a) original;
- b) cópia autenticada em cartório;
- c) cópia simples, desde que seja apresentado o original para autenticação pelo Pregoeiro e/ou equipe de apoio na reunião de abertura dos envelopes correspondentes;
- d) publicação em órgão de imprensa oficial, respeitadas as regras das alíneas anteriores;
- e) emissão pela Internet, cuja admissibilidade estará condicionada à conferência no sítio eletrônico do órgão emissor.

5.6. Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade na data em que for protocolizado o envelope que os contiver.

5.6.1. Para os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo de **60 (sessenta) dias** contados da data de sua emissão, exceto para o subitem **5.1.1**, alíneas “a” “b” “c”, e para o item **5.2**, alínea “a”.

5.6.2. Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.

5.6.3. As ME's, EPP's e MEI's deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

5.6.3.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME's, EPP's e MEI's, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial ocorrerá na sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização.

5.7. A falta de qualquer dos documentos ou o descumprimento de exigência prevista nos subitens anteriores implicará a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da licitante.

5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:



- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial.

5.9. Os documentos deverão ser apresentados, de preferência, ordenadamente, numerados sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar a análise.

5.10. O licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com a Câmara Municipal de Pará de Minas pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VI- CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, classificando-os por ordem crescente de valor. Serão observados os prazos máximos para o fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

VII – PROCEDIMENTO DA SESSÃO

7.1. No dia, hora e local estabelecidos neste edital, será realizada sessão pública para o recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.2. Após o credenciamento dos participantes, o pregoeiro declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes a Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do **ANEXO IV**, e os envelopes de **PROPOSTA COMERCIAL e HABILITAÇÃO**.

7.3. Declarada aberta a sessão pública, não serão credenciados novos licitantes.

7.4. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.5. Em seguida, dar-se-á início à abertura dos envelopes de proposta comercial para classificação quanto ao preço.



7.6. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o valor unitário por extenso. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.7. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b)** impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;
- c)** contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital;
- d)** apresentarem preço ou vantagem com base exclusivamente em proposta ofertada pelos demais licitantes.

7.7.1. Sempre que possível, em observância aos princípios da ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, os vícios que forem sanáveis **não** ensejarão desclassificação das propostas, cabendo ao pregoeiro saná-las junto aos licitantes.

7.8. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, será aplicada a faculdade do artigo 48, §3º, da Lei 8.666/93.

7.9. Da classificação das Propostas:

- a)** Após abertas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade de cada uma delas, conforme critério de julgamento indicado no edital, bem como as propostas com preços até **10%** (dez por cento) superiores aos da oferta de valor mais baixo.
- b)** Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as três melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.10. O pregoeiro convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, para a apresentação de lances verbais, começando pelo autor da proposta classificada com o maior preço e continuando com os demais, em ordem decrescente de valor.

7.10.1. Os lances deverão ser formulados de forma sucessiva, com valor inferior à proposta de menor preço para o primeiro lance, e inferior ao lance anterior para os demais lances.

7.10.2. Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida pelo procedimento de credenciamento



ou conforme o sistema de gerenciamento do Pregão, sem qualquer interferência do Pregoeiro ou da equipe de apoio.

7.11. O tempo para formulação de lances verbais e para saneamento da documentação de habilitação, caso se aplique, será acordado entre os representantes e a Equipe de Pregão, por ocasião do início da fase de lances.

7.12. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.13. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.14. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente.

7.15. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio.

7.16. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os praticados pelo mercado, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar para que seja obtido preço melhor.

7.17. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, todos os licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances.

7.17.1. Poderão ser ofertados lances intermediários na hipótese de o ofertante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, os quais ficarão registrados e servirão, inclusive, para definir a ordenação das propostas, após concluída a etapa de lances.

7.18. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.19. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

7.20. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.21. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.



7.22. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.23. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues para habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

7.24. A verificação dos documentos será certificada pelo Pregoeiro e equipe de apoio, com conferência realizada por meio eletrônico, e aposição de carimbo na respectiva documentação.

7.25. Esta Câmara não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

7.26. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.27. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante habilitado declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.28. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes contendo os documentos de habilitação, devidamente rubricados pelo Pregoeiro e pelas licitantes, ficam sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

7.29. Todos os documentos são colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

7.30. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.31. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.



7.32. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preço;

7.33. A Ata de Registro de Preço será formalizada com observância das disposições editalícias.

7.34. A licitante que for convocada para assinar a Ata de Registro de Preço e deixar de fazê-lo dentro do prazo e condições estabelecidos, dela será excluída, sendo convocado outro licitante.

7.35. Colhidas as assinaturas, a Divisão de Compras e Gestão de Contratos providenciará a publicação da Ata de Registro de Preço e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

VIII – DO REGISTRO DE PREÇO

8.1. Homologada a licitação, a adjudicatária dos objetos licitados será convocada para assinar a Ata de Registro de Preço do objeto licitado, cuja minuta constitui o **Anexo X**, nos termos que se seguem:

8.1.1. A convocação citada dar-se-á por intermédio de publicação no Diário Oficial do Município de Pará de Minas.

8.1.2. A convocada terá para fins de cumprimento do disposto do item **8.1** deste instrumento, o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da publicação para assinar a Ata de Registro de Preço.

8.1.2.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto neste item, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

8.2. A convocada deverá comparecer dentro do prazo especificado, devidamente representada, por seu(s) representante(s) legal(is) (sócio(s), proprietário(s), dirigente(s) ou assemelhado(s)) e/ou por procurador, perante a Chefe de Divisão de Compras e Gestão de Contratos, na Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, município de Pará de Minas-MG, no horário das 08h às 11:30h e das 13h às 17h.

8.2.1. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa licitante, deverá(ão) este(s) no ato de assinatura da Ata de Registro de Preço, apresentar a Cédula de Identificação.

8.2.2. Em se tratando de procurador, deverá este no ato de assinatura da Ata de Registro de Preço, apresentar Cédula de Identificação e Procuração por Instrumento Público ou



Particular, na qual sejam atribuídos poderes ao mesmo para a prática de tal ato, exceto no caso de a procuração já constar nos autos do processo.

8.3. Caso a Câmara opte por lavrar uma ata para cada licitante vencedor, conforme art. 11, § 5º do Decreto Municipal nº 10.722/2019, esta poderá ser enviada via e-mail para o fornecedor, que a assinará, observando o disposto na cláusula acima quanto à competência para assinatura, e enviará de volta à Câmara Municipal via postal, dentro do prazo estipulado na cláusula 8.1.2.

8.4. Quando o adjudicatário convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para registrar preços, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.5. Após a celebração da Ata de Registro de Preço, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão à disposição para retirada por **15 (quinze) dias** corridos, e, não sendo retirados, a Administração os destruirá, sem necessidade de comunicação prévia.

8.6. Constituem motivos para o **cancelamento** da Ata de Registro dos Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no art. 16 do Decreto Municipal 10.721/2019 e, ainda, nos arts. 19 e 20 do Decreto Municipal 10.722/2019.)

IX – DILIGÊNCIAS

9.1. O Pregoeiro ou o Presidente da Câmara poderá, em qualquer fase da licitação, promover qualquer diligência que se faça necessária para esclarecer ou complementar a instrução do processo, na forma e nos limites prescritos em lei.

9.2. O Pregoeiro ou o Presidente da Câmara poderá, também, solicitar a qualquer tempo, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões e, ainda, sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

9.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá suspender a sessão e marcar nova data para a sua continuidade, intimando todos os participantes a comparecerem.

X – RECURSOS E CONTRARRAZÕES

10.1. Após a declaração do vencedor, durante a Sessão do Pregão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as



contrarrrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão de Licitação.

10.2. Eventuais recursos administrativos deverão ser interpostos mediante petição fundamentada, constando a identificação do sócio (acompanhada de ato constitutivo em vigor) ou de seu representante legal (acompanhada da respectiva procuração).

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.4. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pelo licitante.

10.5. Os recursos e contrarrrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, **sob pena de não serem conhecidos**:

10.5.1. ser dirigido ao **Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas**, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de **03 (três) dias úteis** conforme estabelecido no item **10.1** deste título;

10.5.2. ser protocolizado na sala da Divisão de Licitação, nº 413, da Câmara Municipal de Pará de Minas.

10.6. Os recursos poderão ser digitalizados e enviados no e-mail licitacao@camarapm.mg.gov.br, devendo, nesse caso, os originais serem enviados via postal ou entregues na sala da Divisão de Licitação para serem protocolizados e incluídos no processo pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

10.7. A Câmara não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do descrito na cláusula acima e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

10.8. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas de atos insuscetíveis de aproveitamento.

XI – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo ao Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas homologar o procedimento licitatório.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



11.3. Homologada a licitação, a Câmara Municipal convocará o licitante vencedor para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços correspondente, conforme a minuta do **ANEXO IX**, sob pena de decair o direito à contratação e de lhe ser aplicada, cumulativamente, multa compensatória de **30%** (trinta) por cento do valor global da proposta respectiva.

11.4. A homologação do objeto desta licitação **não** implicará direito à contratação.

11.5. O resultado final do Pregão será divulgado no Diário Oficial do Município de Pará de Minas, facultada sua divulgação na Internet, no site: <http://www.parademinas.mg.leg.br/>.

XII – DA FORMA, PRAZO E LOCAL

12.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, de forma parcelada, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

12.1.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **80%** do prazo total recomendado pelo fabricante.

12.1.2. No caso de impossibilidade de entrega no prazo acima estipulado, a contratada deverá apresentar, dentro deste prazo, justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, podendo a justificativa ser aceita ou não; caso não seja aceita, incorrerá a contratada nas sanções previstas neste Termo e na Lei nº 8.666/93.

12.1.3. Caso o prazo de entrega estipulado na cláusula **12.1** se dê em dia de não expediente no órgão, a entrega fica automaticamente remanejada para o primeiro dia útil seguinte.

12.2. O material deverá ser entregue no almoxarifado da Câmara Municipal de Pará de Minas, situado na Avenida Presidente Vargas, 1935, Bairro Senador Valadares, Pará de Minas/MG, nos horários agendados na Autorização de Fornecimento.

12.3. As quantidades previstas no item 2 do Termo de Referência (**Anexo I**) são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preço, reservando-se à Câmara Municipal o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou até mesmo abster-se de adquirir quaisquer itens.

12.4. Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do material**, tais como serviços de frete, montagem, tributos, transporte, garantia, entre outros.



12.5. A Câmara não aceitará produtos reconicionados, remanufaturados, recarregados ou reciclados, salvo se expressamente autorizado no termo de referência, e não receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

12.6. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento. A Câmara recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Edital e no Termo de Referência.

XIII- DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado de acordo com cada Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) nota(s) fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

13.1.1. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato.

13.1.2. As notas fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pela Contratante, não respondendo esta por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

13.2. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida no Edital durante a vigência do contrato.

13.2.1. Constatada situação de irregularidade das condições de habilitação, a Contratada será notificada, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

13.2.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

13.3. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as retenções tributárias cabíveis.



13.3.1. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.4. No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da Contratada, o valor devido será atualizado financeiramente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data a que se referia até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação da seguinte fórmula:

AF = [(1 + IPCA/100)N/30 – 1] x VP, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

13.5. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

XIV – DO PREÇO E DA REVISÃO

14.1. O produto será fornecido pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, podendo ser revisto observadas as prescrições contidas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 16 do Decreto Municipal nº 10.722/2019.

14.2. O reajuste poderá ser concedido mediante solicitação por escrito da Contratada e terá sua periodicidade anual, sendo a data base para sua concessão a data da apresentação das propostas.

14.2.1. Para a concessão do reajuste será observado o índice IPCA/IBGE.

XV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A licitante que apresentar documentação inverossímil ou praticar atos ilícitos ou falta grave será **inabilitada**, sujeitando-se ainda à aplicação das seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Pará de Minas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;
- b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

15.1.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de **05 (cinco) anos** da declaração, requerer a reabilitação perante a



própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

15.2. A desistência da proposta, lance ou oferta, dentro do prazo de sua validade, a não apresentação dos Memoriais no prazo estabelecido ou a não regularização da documentação de regularidade fiscal no prazo previsto, ou a recusa em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos, ensejarão a cobrança, por via administrativa ou judicial, de multa de até **30%** (trinta por cento) do valor total da proposta, lance ou oferta, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no item **15.1**, alínea “a”.

15.3. Em caso de não cumprimento, por parte da licitante vencedora, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

- a) **advertência**, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a contratada concorrido diretamente;
- b) **multa** por inadimplemento de **0,3 %** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- c) **multa** por inadimplemento de **10%** (dez por cento) sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso superior a **30 (trinta) dias** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- d) **multa rescisória** de **20%** (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;
- e) **suspensão temporária** ao direito de licitar com o Município de Pará de Minas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, na hipótese de cancelamento do Contrato, independentemente da aplicação das multas cabíveis;
- f) **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração Pública.

15.3.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de **05 (cinco) anos** da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.



15.4. Em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração, será assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa.

15.5. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da contratada ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

15.5.1. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

15.6. A multa do item **15.2** não se aplica à recusa em assinar a Ata/Contrato por licitante que se enquadre nas premissas do artigo 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

15.7. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exige a contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar à Câmara Municipal de Pará de Minas.

15.8. As penalidades são independentes, e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

15.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

15.10. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

XVI- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.01.01.031.0003.4027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TODO O CORPO LEGISLATIVO

Elemento/Ficha

33.90.30.00 – 68 MATERIAL DE CONSUMO

Sub elemento

33.90.30.16 – Material de Expediente (**itens 03 ao 08 do 10 ao 76 e do 78 ao 81**)

33.90.30.19 _ Material de Acondicionamento e Embalagem (**itens 09 e 77**)

33.90.30.99 – Outros Materiais de Consumo (**item 01 e 02**)



Elemento/Ficha

33.90.39.00 - 71 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Sub elemento

33.90.30.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **(itens 82 ao 85)**

XVII – ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO

17.1. As impugnações e os esclarecimentos aos termos do edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, devendo ser protocolizadas na Divisão de Licitação da Câmara Municipal de Pará de Minas, sala nº 413, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 1.935 – Senador Valadares, em Pará de Minas/MG, a partir da publicação do aviso de edital até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

17.2. A Câmara Municipal de Pará de Minas não se responsabilizará por impugnações/esclarecimentos endereçados via postal, e-mail ou por outras formas, entregues em locais diverso ao mencionado acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

17.3. A decisão/resposta do Pregoeiro será enviada **via e-mail** e será divulgada no site desta Câmara para conhecimento de todos os interessados.

XVIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Os envelopes do licitante declarado não participante desta licitação, bem como o envelope assinalado como contendo proposta comercial dos licitantes não classificados, somente serão devolvidos após vencido o prazo de recurso ou denegado, hipótese em que os envelopes lhes serão devolvidos em caso de solicitação, mediante recibo.

18.2. Toda comunicação aos licitantes será realizada por meio de afixação em quadro de aviso localizado na entrada da sede da Câmara Municipal, por e-mail fornecido por eles, por publicação no Diário Oficial do Município, no site www.diariomunicipal.com.br/amm-mg e ainda, no site <http://www.parademinas.mg.leg.br> .

18.3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pará de Minas.

XIX – DOS ANEXOS

Constituem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Declaração de Menor Empregado;

Anexo III - Modelo de Carta Credenciamento;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;



- Anexo V** - Modelo de Declaração de Atendimento ao Art. 9º, inciso III da Lei 8.666/93;
- Anexo VI** - Declaração de Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VII** - Declaração da opção pelo Simples Nacional;
- Anexo VIII** - Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo IX** - Minuta da Ata de Registro de Preço

Pará de Minas, 30 de agosto de 2019.

Evandro Rafael Silva
Chefe de Divisão de Licitação



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, outros materiais de consumo bem como prestação de serviço para confecção de carimbos para uso interno da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme condições, quantidade e exigência estabelecidas neste instrumento.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA:

Item	Cód.	Un.	Quant.	Descrição
1	1615	UN	500	Abraçadeira de nylon: na cor branca, medindo <i>aproximadamente</i> 140mm x 3,2mm.
2	1616	UN	10	Adesivo de silicone acético: transparente, embalagem com 50 gramas. Marca-referência: <i>Tekbond</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
3	1617	UN	65	Agenda executiva anual (2020): contendo um dia por página (exceto sábado e domingo), capa em couro sintético (courino), na cor preta, pautada, com lombada costurada e fitilho para marcação de página. Medida <i>aproximada:</i> 13cm x 19cm.
4	1618	CX	2	Alfinete para mapa: nº 01, cabeça redonda, na cor preta. Embalagem com 50 unidades.
5	1619	UN	5	Almofada para carimbo nº 3: tinta azul, medindo <i>aproximadamente</i> 6,7cm x 11cm.
6	1620	UN	5	Almofada para carimbo nº 3: tinta preta, medindo <i>aproximadamente</i> 6,7cm x 11cm.
7	1621	UN	3	Apagador para quadro branco: base de plástico reforçado, com feltro macio e resistente, comporta 2 (duas) unidades de marcadores, ótima apagabilidade e durabilidade. Medida <i>aproximada:</i> 14cm x 5cm.



				<p>Marca-referência: <i>Pentel</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
8	1622	UN	30	<p>Apontador de lápis: com depósito de plástico resistente, lâmina em aço, de alta qualidade e durabilidade.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Faber-Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
9	1623	RL	1	<p>Barbante 8 fios: em algodão cru, rolo de 200 gramas (<i>aproximadamente</i> 150 metros).</p>
10	1624	UN	30	<p>Bobina para máquina de calcular elétrica: tamanho 57mm x 30m.</p>
11	1625	UN	200	<p>Borracha branca escolar nº 20: de látex, atóxica, macia, apaga lápis e lapiseira sem borrar, formato retangular, sem capa.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Mercur</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
12	1626	UN	30	<p>Caderno brochura ¼: capa dura, costurado, com 96 folhas pautadas. Medida <i>aproximada:</i> 140mm x 200mm.</p>
13	1627	UN	40	<p>Caderno brochura: capa dura, costurado, com 96 folhas pautadas. Medida <i>aproximada:</i> 200mm x 275mm.</p>
14	1628	UN	800	<p>Caixa para arquivo morto: polionda, na cor azul. Medida <i>aproximada:</i> 250x130x350mm (tamanho ofício).</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Polibrás</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>



15	1629	UN	20	<p>Caixa para correspondência: tripla, articulável, transparente, fabricada em poliestireno, tamanho ofício (medidas <i>aproximadas</i>: 254x358x140mm).</p> <p>Marca-referência: <i>Acrimet ou Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
16	1630	UN	10	<p>Calculadora de mesa de 12 dígitos: alimentação solar e bateria (inclusa). Medida <i>aproximada</i>: 10,6 x14,2 x 2,5 cm.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Elgin</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
17	1631	UN	100	<p>Caneta marca-texto: cor amarela fluorescente, com ponta chanfrada, corpo e tampa na cor da tinta.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Faber-Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
18	1632	UN	1200	<p>Caneta esferográfica escrita média: ponta média de 1,0mm, corpo em plástico transparente, sextavado, tampa cônica, ponta de latão e esfera de tungstênio. Tamanho <i>aproximado</i>: 15 cm (com tampa). Cores: azul, preta e vermelha.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Bic</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
19	1633	UN	36	<p>Caneta esferográfica escrita fina: ponta de aço inox de 0,7mm, na cor azul, protetor de metal, tinta à base de óleo.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Pilot (modelo BP-S)</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015;</p>



				Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
20	1634	UN	6	Caneta tipo roller-ball: ponta de 0,5mm, nas cores preta e azul. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Uniball</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
21	1636	CX	5	Clips nº 05 (mini): para convites, aço niquelado, antiferrugem, alta resistência. Caixa com 100 unidades.
22	1637	CX	200	Clips nº 3/0: aço niquelado, antiferrugem, alta resistência. Caixa com 50 unidades.
23	1638	UN	600	Clips nº 6/0: aço niquelado, antiferrugem, alta resistência.
24	1639	UN	150	Clips nº 8/0: aço niquelado, antiferrugem, alta resistência.
25	1640	UN	20	Cola em bastão para papel: não tóxica, sem solvente, lavável. Embalagem de 10 gramas. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
26	82	UN	15	Cola instantânea: embalagem de 3 gramas. Marca-referência: <i>Loctite Super Bonder</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
27	1641	UN	100	Cola líquida para papel: branca, não tóxica, sem solvente, lavável, secagem rápida. Embalagem de 40 gramas. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão



				2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
28	1642	UN	80	<p>Corretivo em fita: fita com <i>aproximadamente</i> 4,0mm x 10m, cobre diversos tipos de tinta, correção instantânea, formato anatômico/ergonômico, corpo transparente, permitindo visualizar a fita.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
29	1643	UN	200	<p>Cordão para crachá/credencial: cor preta, com presilha jacaré, confeccionado em poliéster. Comprimento do cordão: <i>aproximadamente</i> 40 cm / Largura do cordão: <i>aproximadamente</i> 12 mm.</p>
30	1644	UN	100	<p>Crachá de plástico horizontal: material plástico transparente, medindo <i>aproximadamente</i> 8 cm x 9,5 cm.</p>
31	1645	UN	100	<p>Crachá de plástico vertical: material plástico transparente, medindo <i>aproximadamente</i> 8 cm x 9,5 cm.</p>
32	1646	UN	1000	<p>Envelope ofício: cor branca, gramatura 75g, medindo 114mm x 229mm.</p>
33	1647	UN	500	<p>Envelope para convite: cor branca, gramatura 90g, medindo 160mm x 235mm.</p>
34	1648	UN	5	<p>Estilete estreito: retrátil, estrutura de plástico, com lâmina de aço de 9mm de largura e trava de segurança.</p>
35	1649	UN	25	<p>Estilete largo: retrátil, estrutura de plástico, com lâmina de aço de 18mm de largura e trava de segurança.</p>
36	1418	CX	1	<p>Etiqueta 29x90,3mm para impressora Brother DK 1201: Caixa com 400 unidades.</p>
37	1650	RL	1	<p>Etiqueta adesiva redonda transparente: para fechamento de convites e envelopes, com <i>aproximadamente</i> 15mm de diâmetro. Rolo com 1.000 (mil) etiquetas.</p>
38	1651	UN	20	<p>Extrator de grampo tipo piranha: em metal, com revestimento de plástico, medindo <i>aproximadamente</i> 48x37x54mm.</p>



39	1652	UN	15	<p>Fita adesiva larga: fita de empacotamento, transparente, gomada em filme de polipropileno, em rolo de <i>aproximadamente</i> 45mm x 45m.</p> <p>Marca-referência: <i>Durex; Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
40	96	UN	40	<p>Fita adesiva (tipo durex): transparente, em rolo de 12mm x 40m.</p> <p>Marca-referência: <i>Durex 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
41	1653	UN	5	<p>Fita para máquina calculadora: fita bicolor PVF, compatível com calculadora PROCALC PR3500, confeccionada em nylon, medindo 13mm x 5m.</p> <p>Marca-referência: <i>Zenithe</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
42	1654	UN	5	<p>Fita dupla face siliconada: transparente, medindo 19mm x 20m.</p> <p>Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
43	1655	UN	5	<p>Fita dupla face de massa acrílica: medindo 19mm x 20m, ideal para fixação de placas de sinalização e comunicação visual.</p> <p>Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
44	1656	UN	1	<p>Fita isolante de auto fusão: tamanho <i>aproximado</i> 19mm x 5m.</p> <p>Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão</p>



				2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
45	1657	UN	5	Fita isolante: preta, antichamas, <i>aproximadamente</i> 18mmx10m. Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
46	1658	UN	5	Grampeador de mesa grande: com capacidade para grampear 100 folhas, medindo <i>aproximadamente</i> 28 cm. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Jocar Office; BRW</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
47	1659	UN	10	Grampeador de mesa médio: para grampos 26/6 ou 26/8, com capacidade para grampear até 30 folhas de 75g/m ² , medindo <i>aproximadamente</i> 19 cm de base. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Jocar Office; BRW</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
48	1660	CX	5	Grampo para grampeador de mesa tipo 23/10 – 9/10: de arame de aço resistente à oxidação e pontas afiadas, com capacidade para grampear de 40 a 70 folhas de 75g/m ² . Caixa com 5.000 unidades.
49	1661	CX	50	Grampo para grampeador de mesa tipo 26/6: de arame de aço resistente à oxidação e pontas afiadas. Caixa com 5.000 unidades.
50	1662	UN	1.000	Grampo trilho plástico: branco, injetado em polietileno ou polipropileno, com capacidade para armazenar <i>até</i> 600 folhas de 75g/m ² . Medida <i>aproximada:</i> 300 x 9 x 112 mm. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u>



				Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
51	1663	UN	432	Lápis preto nº 02: traçado HB, alta qualidade, apontado, sem emendas na madeira, medindo <i>aproximadamente</i> 175mm. Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
52	1664	UN	10	Livro Ata: costurado, sem margem, de capa dura na cor preta, com 100 folhas numeradas. Medida <i>aproximada:</i> 210x300mm.
53	1665	UN	20	Livro Protocolo de Correspondência: ¼ (pequeno), costurado, de capa dura, com <i>aproximadamente</i> 50 folhas. Medida <i>aproximada:</i> 140x200mm.
54	1666	UN	30	Molha dedo: umedecedor de dedo em gel, não tóxico, embalagem de 12 gramas. Marca-referência: <i>Radex Aqua Magic</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
55	1667	PCT	30	Papel Opaline branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.
56	1715	PCT	6	Papel color set: formato A4 (210x297mm), gramatura de 110 a 120g , cores variadas (a serem escolhidas no momento do pedido, de acordo com a disponibilidade). Embalagem com 50 folhas.
57	1671	PCT	20	Papel Linho bege/creme/palha: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.
58	1672	PCT	22	Papel Linho branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.
59	1674	PCT	3	Papel Reciclado natural: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.
60	1675	PCT	10	Papel Vergê branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 120g . Embalagem com 50 folhas.



61	1716	PCT	9	Papel Vergê colorido: formato A4 (210x297mm), gramatura 120g . Cores variadas (a serem escolhidas no momento do pedido, de acordo com a disponibilidade). Embalagem com 50 folhas.
62	1679	PCT	600	Papel sulfite branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 75g . Embalagem com 500 folhas. Marca-referência: <i>Chamex; Report</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
63	1680	UN	2	Pasta Apresentação com clip canivete fumê: material polipropileno (pp), para papel no formato ofício. Dimensões <i>aproximadas:</i> 240x335x7mm.
64	1681	UN	2	Pasta Apresentação com clip canivete transparente: material polipropileno (pp), para papel no formato ofício. Dimensões <i>aproximadas:</i> 240x335x7mm.
65	1682	UN	100	Pasta com aba de elástico 20mm: polionda, na cor azul, dorso de aproximadamente 20mm, no tamanho ofício (medidas <i>aproximadas:</i> 33,5 x 24,5 x 2cm).
66	1683	UN	50	Pasta com aba de elástico 50mm: tamanho ofício, em polipropileno (pp) transparente, dorso de <i>aproximadamente</i> 50mm.
67	1684	UN	160	Pasta com grampo trilho: tamanho ofício, em polipropileno (pp), transparente, presilha plástica tipo "Romeu e Julieta". Medidas <i>aproximadas:</i> 340x245mm. Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
68	1685	UN	10	Pasta sanfonada com 12 divisórias: tamanho A4 (medida <i>aproximada:</i> 240x330mm), em polipropileno (pp), transparente, com etiquetas de identificação inclusas e fechamento com elástico.
69	1686	UN	50	Pasta suspensa marmorizada e plastificada: Material: papel plastificado. Modelo: pasta suspensa para arquivo, com haste de metal. Medidas <i>aproximadas:</i> 36x23,5 cm. Acessórios: grampo trilho plástico, visor de acetato/etiqueta branca, haste de metal com ponteiras de polipropileno.



70	1687	UN	3	<p>Perfurador grande para papel: semi-industrial, em ferro fundido, com base de plástico/borracha, medindo <i>aproximadamente</i> 165x115mm, com pinos em aço e capacidade para perfurar, <i>no mínimo</i>, 60 folhas.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Cavia</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
71	1688	UN	9	<p>Perfurador médio para papel: de metal, com base de plástico/borracha, medindo <i>aproximadamente</i> 140x110mm, com pinos de aço e capacidade para perfurar, <i>no mínimo</i>, 30 folhas.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Jocar Office, Adeck</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
72	1689	UN	30	<p>Pincel atômico: marcador permanente, na cor preta, tinta à base de álcool.</p>
73	1690	UN	12	<p>Pincel marcador permanente: escrita média de 1,0mm, para utilização em superfícies diversas (cd/dvd, metal, papelão, plástico, madeira, vidro e outros).</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Pilot</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>
74	1717	UN	16	<p>Pincel para quadro branco: espessura de 2mm, nas cores vermelha, azul, preta e verde (a serem escolhidas no momento do pedido).</p>
75	1695	UN	15	<p>Prancheta acrílica: transparente, formato A4, com prendedor de aço.</p>



76	1696	UN	50	Régua plástica transparente: com 30 cm de comprimento, milimetrada. Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
77	1697	PCT	3	Saco de papel semi-kraft 1kg: embalagem com 500 unidades.
78	1698	UN	20	Porta lápis/clips/lembrete: organizador de mesa em plástico/acrílico transparente. Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).
79	1699	UN	2	Tinta para carimbo na cor azul: à base de água, embalagem contendo <i>aproximadamente</i> 40 ml.
80	1700	UN	2	Tinta para carimbo na cor preta: à base de água, embalagem contendo <i>aproximadamente</i> 40 ml.
81	1701	UN	20	Suporte para monitor de mesa: na cor preta, quadrado/retangular, pés desmontáveis com 4 níveis de ajuste de altura, sendo altura mínima 4,5cm e altura máxima 17cm.
82	1702	SER	2	Carimbo automático 25x70mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 25x70mm.
83	1703	SER	30	Carimbo automático 24x41mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 24x41mm.
84	1704	SER	15	Carimbo automático 14x38mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 14x38mm.
85	1705	SER	1	Carimbo automático 10x50mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 10x50mm.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de materiais de expediente e demais materiais de consumo é necessária para a realização dos trabalhos da Câmara Municipal, tratando-se de materiais de uso rotineiro



e indispensáveis à manutenção das atividades administrativas, visando atender à reposição do estoque, conforme demanda dos diversos setores da Câmara.

Justifica-se a confecção de carimbos pelo frequente recebimento de solicitações oriundas dos diversos setores desta Casa Legislativa, ora decorrentes do estabelecimento de novas rotinas de trabalho, ora devido a mudanças na estrutura organizacional, ou ainda para substituição de carimbos face ao desgaste natural.

Os quantitativos solicitados foram calculados e mensurados tendo por base o consumo dos últimos dozes meses pela Câmara, sem prejuízo da análise das sazonalidades de consumo.

O objeto da contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, conforme prevê a Lei Federal nº 10.520/2002 e o Decreto Municipal nº 10.721/2019, por possuir especificações usuais de mercado, nos termos dos citados diplomas legais.

A opção pelo processamento das compras através do Sistema de Registro de Preços – SRP é fundamentada no inciso II do artigo 15 da Lei nº. 8.666/1993, no Decreto Federal 7.892/2013 e no Decreto Municipal 10.722/2019, e justifica-se pelo fato de permitir um melhor gerenciamento das aquisições, sem prejuízo da economia de escala, proporcionando que a Câmara efetue a aquisição ao longo dos 12 meses de vigência da Ata, de acordo com a necessidade e disponibilidade financeira que possuir, além de tornar mais ágil as aquisições e favorecer uma padronização dos bens adquiridos. Também é possível citar, como fatores determinantes dessa escolha, a redução do número de licitações e a economia que tende a ocasionar.

A referência a marcas, apresentada em alguns itens deste Termo, se justifica apenas como uma mera exemplificação da qualidade mínima admitida pela Câmara, ou seja, um instrumento de especificação do objeto, pois *“...ao promover a especificação das qualidades do objeto a ser adquirido, nenhuma relevância pode dar-se à marca. Isso não impede que se utilize a marca para um dos fins a que se destina, que é a identificação mais simples e imediata dos produtos. A palavra usada como marca exercita função de identificação e simplificação da linguagem.”* *“No caso, não há preferência pela marca, mas pelo objeto. A marca é, tão-somente, o meio pelo qual se individualiza o objeto que se escolheu”* (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Marçal Justen Filho, 12ª edição, São Paulo: Dialética, 2008, p.205). Dessa maneira, as marcas de referência citadas prestam-se apenas para determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – logo, serão aceitos pela Câmara, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele.

A solicitação de amostras para determinados itens se dá em aplicação ao disposto no art. 4º, inc. XV da Lei 10.520/2002, pois cabe a Administração Pública zelar para uma melhor utilização das verbas públicas, suprimindo as suas necessidades e adquirindo materiais de



boa qualidade, sempre balanceando entre o menor preço e os materiais que atendam à sua necessidade e ao interesse público, cumprindo assim o binômio custo-benefício.

Dessa forma, justifica-se a referida contratação para assegurar a continuidade e melhoria dos serviços prestados por esta Casa Legislativa, proporcionando maior produtividade e eficiência no desenvolvimento das atividades institucionais realizadas.

4. FORMA, PRAZO E LOCAL:

4.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, de forma parcelada, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

4.1.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **80%** do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.1.2. No caso de impossibilidade de entrega no prazo acima estipulado, a contratada deverá apresentar, dentro deste prazo, justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, podendo a justificativa ser aceita ou não; caso não seja aceita, incorrerá a contratada nas sanções previstas neste Termo e na Lei nº 8.666/93.

4.1.3. Caso o prazo de entrega estipulado na cláusula **4.1.** se dê em dia de não expediente no órgão, a entrega fica automaticamente remanejada para o primeiro dia útil seguinte.

4.2. O material deverá ser entregue no almoxarifado da Câmara Municipal de Pará de Minas, situado na Avenida Presidente Vargas, 1935, Bairro Senador Valadares, Pará de Minas/MG, nos horários agendados na Autorização de Fornecimento.

4.3. As quantidades previstas no item 2 deste Termo são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Câmara Municipal o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou até mesmo abster-se de adquirir quaisquer itens.

4.4. Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do material**, tais como serviços de frete, montagem, tributos, transporte, garantia, entre outros.

4.5. A Câmara não aceitará produtos reconicionados, remanufaturados, recarregados ou reciclados, salvo se expressamente autorizado no termo de referência, e não receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as



substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

4.6. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento. A Câmara recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Termo.

5. DA CONFECÇÃO DOS CARIMBOS (ITENS 82 A 85):

5.1. Os serviços de confecção dos carimbos serão executados de acordo com a necessidade do órgão, de forma parcelada, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

5.2. Os dizeres a serem inseridos nos carimbos serão informados pela Câmara quando da solicitação da prestação do serviço, discriminando o modelo requerido, com todas as informações necessárias à sua confecção, de acordo com a necessidade.

5.3. As medidas descritas são *aproximadas*, podendo serem cotadas com variações, ajustadas, conforme os padrões de mercado.

6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1. Os objetos serão recebidos:

6.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

6.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **03 (três) dias** do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do produto recebido provisoriamente, este deverá ser recolhido pelo fornecedor, que terá prazo de **05 (cinco) dias** para providenciar a sua substituição, a partir da comunicação oficial feita pela Câmara Municipal de Pará de Minas, sem qualquer custo adicional.



6.4.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

7. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsáveis:

7.1.1. GESTOR DO CONTRATO: Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos.

7.1.2. FISCAL DO CONTRATO: Diretora de Patrimônios e Materiais.

7.1.2.1. FISCAL DO CONTRATO SUBSTITUTO: Auxiliar Administrativo lotado no Setor de Almojarifado.

7.2. Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

7.3. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

7.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93.

8. AMOSTRA:



8.1. Será exigido do(s) licitante(s) provisoriamente classificado(s) em primeiro lugar que apresente(m) amostra dos itens **8, 11, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 27, 28, 46, 47, 50, 70, 71 e 73** para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

8.1.1. Caso o produto seja da(s) marca(s) de referência, fica dispensada a apresentação de amostra deste.

8.2. As amostras deverão ser entregues, em acordo com a legislação pertinente, na Sala de Licitações da Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, e serão avaliadas **em sessão pública a ser designada pelo Pregoeiro após o certame.**

8.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, número do Processo Licitatório, número do Pregão, número do item, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso.

8.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, **podendo ser abertos, manuseados, desmontados ou instalados, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.**

8.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, se for o caso.

8.6. O exame das amostras tem por objetivo confrontar os materiais propostos com as especificações exigidas neste termo de referência, em especial, no que diz respeito à qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho dos materiais, de forma que os mesmos ao serem utilizados não provoquem ou sofram danos, primando pela eficiência e economicidade (relação custo-benefício) na Administração preservando, destarte, o erário público.

8.6.1. Serão analisados especificamente os seguintes critérios:

- a) Item 8 (apontador):** será verificada a resistência do material e a qualidade de sua “apontabilidade”, não sendo aceito produtos que “mastiguem” ou “macerem” a madeira do lápis.
- b) Item 11 (borracha):** será verificada a capacidade de “apagabilidade” do produto, devendo apagar lápis e lapiseira sem manchar, borrar ou danificar o papel.
- c) Item 14 (caixa arquivo):** será analisada se as medidas do produto são compatíveis com o exigido na especificação, bem como a verificação se os



cortes e vincos possibilitam dobras e encaixes satisfatórios, garantindo um fácil e adequado manuseio.

- d) Item 16 (calculadora):** será conferida a dupla alimentação (solar e bateria), bem como a funcionalidade das teclas.
- e) Itens 17 a 20 (canetas):** será verificada a uniformidade da escrita/traçado, devendo ser livre de borrões e falhas durante a escrita, com rápida secagem e sem folga que permita retração da ponta da caneta durante a escrita. Será analisado, também, o nível de carga e o corpo da caneta, que deverá ser resistente e durável, apresentando superfície lisa, sem formas pontiagudas.
- f) Item 25 (cola em bastão):** o produto deverá apresentar boa adesividade, secagem lenta, não ser ressecada e não manchar onde aplicada. Será analisado, ainda, a base giratória e o sistema de alimentação, que deve permitir o adequado uso e manuseio do produto.
- g) Item 27 (cola líquida):** o produto deverá apresentar boa adesividade, secagem rápida, homogênea, não podendo manchar onde aplicada. Será analisado, ainda, a qualidade da tampa e do bico aplicador, de modo que não permita entupimento.
- h) Item 28 (corretivo em fita):** o produto deverá cobrir na primeira demão a escrita, de maneira fácil e uniforme, aceitando nova escrita imediatamente após aplicação.
- i) Itens 46 e 47 (grampeadores):** será verificada a capacidade de grampear, de forma fácil e eficaz, o número mínimo de folhas exigido na especificação do produto.
- j) Item 50 (grampo trilho plástico):** será verificada a capacidade de armazenar, de forma eficaz e adequada, o número de folhas exigido na especificação do produto.
- k) Itens 70 e 71 (perfuradores):** será verificada a capacidade de perfurar, de forma fácil e eficaz, o número mínimo de folhas exigido na especificação do produto.
- l) Item 73 (pincel marcador):** será verificada a uniformidade da escrita, devendo ser livre de borrões e falhas, com rápida secagem, permitindo a escrita de forma fácil e eficaz em superfícies diversas, conforme especificação do produto.

8.7. As amostras serão analisadas pelo Pregoeiro, Equipe de apoio e fiscal do contrato.



8.7.1. A análise se dará individualmente em cada amostra de acordo com as especificações e critérios exigidos no item 7.6.

8.8. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não a entregar no prazo estabelecido, mediante Laudo Técnico de análise das amostras assinado pelo fiscal do contrato.

8.9. Em caso de desclassificação da proposta vencedora serão solicitadas as amostras do segundo colocado e assim sucessivamente obedecida a ordem de classificação.

8.10. As amostras porventura apresentadas e reprovadas poderão ser retiradas pelos interessados até **15 (quinze) dias** após a conclusão do procedimento licitatório. Decorrido esse prazo não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

8.10.1. As amostras entregues, se aprovadas, serão computadas no quantitativo do objeto a ser entregue.

9. GARANTIA DO PRODUTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

9.1. Da garantia:

9.1.1. A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima garantida pela Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou a garantia fornecida pelo fabricante, se superior.

9.1.2. O início do período de garantia dar-se-á na data recebimento definitivo dos produtos.

9.1.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

9.1.3.1. Danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

9.1.3.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos produtos.

9.1.4. A movimentação do produto entre unidades da contratante, efetuada com recursos próprios, **NÃO** exclui a garantia.

9.1.4.1. É de responsabilidade da contratada o ônus da prova da origem das falhas.

9.1.5. Aplicam-se subsidiariamente ao contrato administrativo, as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.

9.1.6. A contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a contratante, a substituição do produto, objeto desde Termo



de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

9.1.7. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até **05 (cinco) dias**, contados da comunicação realizada pela contratante.

10. DOCUMENTAÇÃO:

10.1. A habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeira serão definidas pela Divisão de Licitação, em instrumento convocatório.

11. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

11.1. Obrigações da Contratada:

11.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

11.1.2. Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

11.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto fornecimento do produto;

11.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

11.1.8. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;



11.1.9. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato da Câmara com a Contratada, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

11.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

11.1.11. Providenciar a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato da Câmara com respeito à execução do objeto;

11.1.12. Indenizar a Câmara por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

11.1.13. Cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pela Câmara.

11.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

11.2. Obrigações da Contratante:

11.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

11.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;

11.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos contratada em relação ao objeto do Contrato;

11.2.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações



estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada

11.2.7. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência;

11.2.8. Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações;

11.2.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;

11.2.10. Verificar a regularidade fiscal e recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento;

11.2.11. Aplicar à contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

12. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

12.1. Menor preço por item.

13. SANÇÕES APLICÁVEIS:

13.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes deste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/02 ao contratado, nos termos de cláusula editalícia específica, também previstas no contrato ou instrumento equivalente.

14. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado de acordo com cada Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) nota(s) fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

14.1.1. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato.

14.1.2. As notas fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pela Contratante, não respondendo esta por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.



14.2. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida no Edital durante a vigência do contrato.

14.2.1. Constatada situação de irregularidade das condições de habilitação, a Contratada será notificada, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

14.2.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

14.3. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as retenções tributárias cabíveis.

14.3.1. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

14.4. No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da Contratada, o valor devido será atualizado financeiramente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data a que se referia até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação da seguinte fórmula:

AF = [(1 + IPCA/100)N/30 – 1] x VP, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

14.5. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. O Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município.

15. VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:

15.1. Conforme cotação de preços referente ao objeto constante na solicitação nº 22/2019, o valor total estimado para a presente contratação é de **R\$39.628,20** (trinta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte centavos).



16. ATESTADO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

16.1. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA: (x) SIM () NÃO

16.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.01.01.031.0003.4027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TODO O CORPO LEGISLATIVO

Elemento/Ficha

33.90.30.00 – 68 MATERIAL DE CONSUMO

Sub elemento

33.90.30.16 – Material de Expediente **(itens 03 ao 08 do 10 ao 76 e do 78 ao 81)**

33.90.30.19 _ Material de Acondicionamento e Embalagem **(itens 09 e 77)**

33.90.30.99 – Outros Materiais de Consumo **(item 01 e 02)**

Elemento/Ficha

33.90.39.00 - 71 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Sub elemento

33.90.30.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **(itens 82 ao 85)**



**ANEXO II
(MODELO)**

DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na <logradouro, nº, complemento, bairro, cep, cidade, estado>, pelo presente instrumento, em cumprimento ao exigido no **Pregão Presencial nº 11/2019, DECLARA**, sob as penas da lei, que em cumprimento ao disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal da República de 1988, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firma a presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal
<Nome, RG e CPF>

(DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO)



**ANEXO III
(MODELO)**

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr(a). _____ portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, a participar do **Pregão Presencial nº 11/2019**, instaurado pela Câmara Municipal de Pará de Minas, na qualidade de Representante Legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, bem como formular propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal
<Nome, RG e CPF>

(FORA DOS ENVELOPES)



**ANEXO IV
(MODELO)**

DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na <logradouro, nº, complemento, bairro, cep, cidade, estado>, pelo presente instrumento **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no **Pregão Presencial nº 11/2019** da Câmara Municipal de Pará de Minas.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firma a presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal
<Nome, RG e CPF>

(FORA DOS ENVELOPES)



**ANEXO V
(MODELO)**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 9º, III, DA LEI 8.666/93

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na <logradouro, nº, complemento, bairro, cep, cidade, estado>, em cumprimento ao exigido no **Pregão Presencial nº 11/2019**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de funcionários servidor público exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão na forma do artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firma a presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal
<Nome, RG e CPF>

(DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO)



**ANEXO VI
(MODELO)**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)
OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na <logradouro, nº, complemento, bairro, cep, cidade, estado>, em cumprimento ao exigido no **Pregão Presencial nº 11/2019**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que se enquadra como <Microempresa (ME) / Empresa de Pequeno Porte (EPP) / Microempreendedor Individual (MEI)>, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firma a presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal
<Nome, RG e CPF>

(FORA DOS ENVELOPES)



**ANEXO VII
(MODELO)**

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO “SIMPLES NACIONAL”

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na <logradouro, nº, complemento, bairro, cep, cidade, estado>, em cumprimento ao exigido no **Pregão Presencial nº 11/2019**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que é optante do “SIMPLES NACIONAL”.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firma a presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal
<Nome, RG e CPF>

(FORA DOS ENVELOPES)



**ANEXO VIII
(MODELO)**

PROPOSTA COMERCIAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019
REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2019**

1. OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e outros materiais de consumo bem como prestação de serviço para confecção de carimbos para uso interno da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra o Edital como **Anexo I**.

2. DADOS DA EMPRESA:

Razão social:
CNPJ:
Representante legal:
RG/CPF:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Banco/Agência:
Conta-corrente:

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO TERMO DE REFERÊNCIA E ÀS NORMAS DO EDITAL:

<**Razão Social / Nome**>, inscrita(o) no <**CNPJ / CPF**> sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da C.I. nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital – que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado e que tomou ciência de todos os documentos e informações referentes ao procedimento licitatório em tela, em especial quanto à descrição dos objetos licitados, local e prazo de seu fornecimento, estando de pleno acordo com as normas do Edital, bem como ciente dos termos da Lei n.º 8.666/93 e da Lei n.º 10.520/2002.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS:

Item	Un.	Quant.	Descrição	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	UN	500	Abraçadeira de nylon: na cor branca, medindo <i>aproximadamente</i> 140mm x 3,2mm.			



2	UN	10	Adesivo de silicone acético: transparente, embalagem com 50 gramas. Marca-referência: <i>Tekbond</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
3	UN	65	Agenda executiva anual (2020): contendo um dia por página (exceto sábado e domingo), capa em couro sintético (courino), na cor preta, pautada, com lombada costurada e fitilho para marcação de página. Medida <i>aproximada</i> : 13cm x 19cm.			
4	CX	2	Alfinete para mapa: nº 01, cabeça redonda, na cor preta. Embalagem com 50 unidades.			
5	UN	5	Almofada para carimbo nº 3: tinta azul, medindo <i>aproximadamente</i> 6,7cm x 11cm.			
6	UN	5	Almofada para carimbo nº 3: tinta preta, medindo <i>aproximadamente</i> 6,7cm x 11cm.			
7	UN	3	Apagador para quadro branco: base de plástico reforçado, com feltro macio e resistente, comporta 2 (duas) unidades de marcadores, ótima apagabilidade e durabilidade. Medida <i>aproximada</i> : 14cm x 5cm. Marca-referência: <i>Pentel</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
8	UN	30	Apontador de lápis: com depósito de plástico resistente, lâmina em aço, de alta qualidade e durabilidade. Este item deve possuir AMOSTRA. Marca-referência: <i>Faber-Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007,			



			9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
9	RL	1	Barbante 8 fios: em algodão cru, rolo de 200 gramas (<i>aproximadamente</i> 150 metros).			
10	UN	30	Bobina para máquina de calcular elétrica: tamanho 57mm x 30m.			
11	UN	200	Borracha branca escolar nº 20: de látex, atóxica, macia, apaga lápis e lapiseira sem borrar, formato retangular, sem capa. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Mercur</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
12	UN	30	Caderno brochura ¼: capa dura, costurado, com 96 folhas pautadas. Medida <i>aproximada:</i> 140mm x 200mm.			
13	UN	40	Caderno brochura: capa dura, costurado, com 96 folhas pautadas. Medida <i>aproximada:</i> 200mm x 275mm.			
14	UN	800	Caixa para arquivo morto: polionda, na cor azul. Medida <i>aproximada:</i> 250x130x350mm (tamanho ofício). <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Polibrás</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
15	UN	20	Caixa para correspondência: tripla, articulável, transparente, fabricada em poliestireno, tamanho ofício (medidas <i>aproximadas:</i> 254x358x140mm). Marca-referência: <i>Acrimet ou Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão			



			2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
16	UN	10	Calculadora de mesa de 12 dígitos: alimentação solar e bateria (inclusa). Medida <i>aproximada</i> : 10,6 x14,2 x 2,5 cm. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Elgin</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
17	UN	100	Caneta marca-texto: cor amarela fluorescente, com ponta chanfrada, corpo e tampa na cor da tinta. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Faber-Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
18	UN	1200	Caneta esferográfica escrita média: ponta média de 1,0mm, corpo em plástico transparente, sextavado, tampa cônica, ponta de latão e esfera de tungstênio. Tamanho <i>aproximado</i> : 15 cm (com tampa). Cores: azul, preta e vermelha. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Bic</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
19	UN	36	Caneta esferográfica escrita fina: ponta de aço inox de 0,7mm, na cor azul, protetor de metal, tinta à base de óleo. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u>			



			Marca-referência: <i>Pilot (modelo BP-S)</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
20	UN	6	Caneta tipo roller-ball: ponta de 0,5mm, nas cores preta e azul. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Uniball</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
21	CX	5	Clips nº 05 (mini): para convites, aço niquelado, antiferrugem, alta resistência. Caixa com 100 unidades.			
22	CX	200	Clips nº 3/0: aço niquelado, antiferrugem, alta resistência. Caixa com 50 unidades.			
23	UN	600	Clips nº 6/0: aço niquelado, antiferrugem, alta resistência.			
24	UN	150	Clips nº 8/0: aço niquelado, antiferrugem, alta resistência.			
25	UN	20	Cola em bastão para papel: não tóxica, sem solvente, lavável. Embalagem de 10 gramas. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
26	UN	15	Cola instantânea: embalagem de 3 gramas. Marca-referência: <i>Loctite Super Bonder</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão			



			2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
27	UN	100	<p>Cola líquida para papel: branca, não tóxica, sem solvente, lavável, secagem rápida. Embalagem de 40 gramas.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>			
28	UN	80	<p>Corretivo em fita: fita com <i>aproximadamente</i> 4,0mm x 10m, cobre diversos tipos de tinta, correção instantânea, formato anatômico/ergonômico, corpo transparente, permitindo visualizar a fita.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>			
29	UN	200	<p>Cordão para crachá/credencial: cor preta, com presilha jacaré, confeccionado em poliéster. Comprimento do cordão: <i>aproximadamente</i> 40 cm / Largura do cordão: <i>aproximadamente</i> 12 mm.</p>			
30	UN	100	<p>Crachá de plástico horizontal: material plástico transparente, medindo <i>aproximadamente</i> 8 cm x 9,5 cm.</p>			
31	UN	100	<p>Crachá de plástico vertical: material plástico transparente, medindo <i>aproximadamente</i> 8 cm x 9,5 cm.</p>			
32	UN	1000	<p>Envelope ofício: cor branca, gramatura 75g, medindo 114mm x 229mm.</p>			



33	UN	500	Envelope para convite: cor branca, gramatura 90g , medindo 160mm x 235mm.			
34	UN	5	Estilete estreito: retrátil, estrutura de plástico, com lâmina de aço de 9mm de largura e trava de segurança.			
35	UN	25	Estilete largo: retrátil, estrutura de plástico, com lâmina de aço de 18mm de largura e trava de segurança.			
36	CX	1	Etiqueta 29x90,3mm para impressora Brother DK 1201: Caixa com 400 unidades.			
37	RL	1	Etiqueta adesiva redonda transparente: para fechamento de convites e envelopes, com <i>aproximadamente</i> 15mm de diâmetro. Rolo com 1.000 (mil) etiquetas.			
38	UN	20	Extrator de grampo tipo piranha: em metal, com revestimento de plástico, medindo <i>aproximadamente</i> 48x37x54mm.			
39	UN	15	Fita adesiva larga: fita de empacotamento, transparente, gomada em filme de polipropileno, em rolo de <i>aproximadamente</i> 45mm x 45m. Marca-referência: <i>Durex; Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
40	UN	40	Fita adesiva (tipo durex): transparente, em rolo de 12mm x 40m. Marca-referência: <i>Durex 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
41	UN	5	Fita para máquina calculadora: fita bicolor PVF, compatível com calculadora PROCALC PR3500,			



			confeccionada em nylon, medindo 13mm x 5m. Marca-referência: <i>Zenithe</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
42	UN	5	Fita dupla face siliconada: transparente, medindo 19mm x 20m. Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
43	UN	5	Fita dupla face de massa acrílica: medindo 19mm x 20m, ideal para fixação de placas de sinalização e comunicação visual. Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
44	UN	1	Fita isolante de auto fusão: tamanho <i>aproximado</i> 19mm x 5m. Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
45	UN	5	Fita isolante: preta, antichamas, <i>aproximadamente</i> 18mmx10m. Marca-referência: <i>Scotch 3M</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
46	UN	5	Grampeador de mesa grande: com capacidade para grampear 100			



			<p>folhas, medindo <i>aproximadamente</i> 28 cm.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Jocar Office; BRW</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>			
47	UN	10	<p>Grampeador de mesa médio: para grampos 26/6 ou 26/8, com capacidade para grampear até 30 folhas de 75g/m², medindo <i>aproximadamente</i> 19 cm de base.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Jocar Office; BRW</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).</p>			
48	CX	5	<p>Grampo para grampeador de mesa tipo 23/10 – 9/10: de arame de aço resistente à oxidação e pontas afiadas, com capacidade para grampear de 40 a 70 folhas de 75g/m². Caixa com 5.000 unidades.</p>			
49	CX	50	<p>Grampo para grampeador de mesa tipo 26/6: de arame de aço resistente à oxidação e pontas afiadas. Caixa com 5.000 unidades.</p>			
50	UN	1.000	<p>Grampo trilho plástico: branco, injetado em polietileno ou polipropileno, com capacidade para armazenar <i>até</i> 600 folhas de 75g/m². Medida <i>aproximada</i>: 300 x 9 x 112 mm.</p> <p><u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u></p> <p>Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007,</p>			



			9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
51	UN	432	Lápis preto nº 02: traçado HB, alta qualidade, apontado, sem emendas na madeira, medindo <i>aproximadamente</i> 175mm. Marca-referência: <i>Faber Castell</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
52	UN	10	Livro Ata: costurado, sem margem, de capa dura na cor preta, com 100 folhas numeradas. Medida <i>aproximada:</i> 210x300mm.			
53	UN	20	Livro Protocolo de Correspondência: ¼ (pequeno), costurado, de capa dura, com <i>aproximadamente</i> 50 folhas. Medida <i>aproximada:</i> 140x200mm.			
54	UN	30	Molha dedo: umedecedor de dedo em gel, não tóxico, embalagem de 12 gramas. Marca-referência: <i>Radex Aqua Magic</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
55	PCT	30	Papel Opaline branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.			
56	PCT	6	Papel color set: formato A4 (210x297mm), gramatura de 110 a 120g , cores variadas (a serem escolhidas no momento do pedido, de acordo com a disponibilidade). Embalagem com 50 folhas.			
57	PCT	20	Papel Linho bege/creme/palha: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.			
58	PCT	22	Papel Linho branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.			



59	PCT	3	Papel Reciclado natural: formato A4 (210x297mm), gramatura 180g . Embalagem com 50 folhas.			
60	PCT	10	Papel Vergê branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 120g . Embalagem com 50 folhas.			
61	PCT	9	Papel Vergê colorido: formato A4 (210x297mm), gramatura 120g . Cores variadas (a serem escolhidas no momento do pedido, de acordo com a disponibilidade). Embalagem com 50 folhas.			
62	PCT	600	Papel sulfite branco: formato A4 (210x297mm), gramatura 75g . Embalagem com 500 folhas. Marca-referência: <i>Chamex; Report</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
63	UN	2	Pasta Apresentação com clip canivete fumê: material polipropileno (pp), para papel no formato ofício. Dimensões <i>aproximadas:</i> 240x335x7mm.			
64	UN	2	Pasta Apresentação com clip canivete transparente: material polipropileno (pp), para papel no formato ofício. Dimensões <i>aproximadas:</i> 240x335x7mm.			
65	UN	100	Pasta com aba de elástico 20mm: polionda, na cor azul, dorso de aproximadamente 20mm, no tamanho ofício (medidas <i>aproximadas:</i> 33,5 x 24,5 x 2cm).			
66	UN	50	Pasta com aba de elástico 50mm: tamanho ofício, em polipropileno (pp) transparente, dorso de <i>aproximadamente</i> 50mm.			
67	UN	160	Pasta com grampo trilho: tamanho ofício, em polipropileno (pp), transparente, presilha plástica tipo "Romeu e Julieta". Medidas <i>aproximadas:</i> 340x245mm. Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão			



			2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
68	UN	10	Pasta sanfonada com 12 divisórias: tamanho A4 (medida <i>aproximada</i> : 240x330mm), em polipropileno (pp), transparente, com etiquetas de identificação inclusas e fechamento com elástico.			
69	UN	50	Pasta suspensa marmorizada e plastificada: Material: papel plastificado. Modelo: pasta suspensa para arquivo, com haste de metal. Medidas <i>aproximadas</i> : 36x23,5 cm. Acessórios: grampo trilho plástico, visor de acetato/etiqueta branca, haste de metal com ponteiros de polipropileno.			
70	UN	3	Perfurador grande para papel: semi-industrial, em ferro fundido, com base de plástico/borracha, medindo <i>aproximadamente</i> 165x115mm, com pinos em aço e capacidade para perfurar, <i>no mínimo</i> , 60 folhas. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Cavia</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
71	UN	9	Perfurador médio para papel: de metal, com base de plástico/borracha, medindo <i>aproximadamente</i> 140x110mm, com pinos de aço e capacidade para perfurar, <i>no mínimo</i> , 30 folhas. <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Jocar Office, Adeck</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			



72	UN	30	Pincel atômico: marcador permanente, na cor preta, tinta à base de álcool.			
73	UN	12	Pincel marcador permanente: escrita média de 1,0mm, para utilização em superfícies diversas (cd/dvd, metal, papelão, plástico, madeira, vidro e outros). <u>Este item deve possuir AMOSTRA.</u> Marca-referência: <i>Pilot</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO)			
74	UN	16	Pincel para quadro branco: espessura de 2mm, nas cores vermelha, azul, preta e verde (a serem escolhidas no momento do pedido).			
75	UN	15	Prancheta acrílica: transparente, formato A4, com prendedor de aço.			
76	UN	50	Régua plástica transparente: com 30 cm de comprimento, milimetrada. Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
77	PCT	3	Saco de papel semi-kraft 1kg: embalagem com 500 unidades.			
78	UN	20	Porta lápis/clips/lembrete: organizador de mesa em plástico/acrílico transparente. Marca-referência: <i>Dello</i> (equivalente ou de melhor qualidade, em conformidade ao Acórdão 2829/2015; Acórdão 2300/2007, 9.2.2 e Acórdão 2401/2006, 9.3.2 - TCU / PLENÁRIO).			
79	UN	2	Tinta para carimbo na cor azul: à base de água, embalagem contendo <i>aproximadamente</i> 40 ml.			



80	UN	2	Tinta para carimbo na cor preta: à base de água, embalagem contendo <i>aproximadamente</i> 40 ml.			
81	UN	20	Suporte para monitor de mesa: na cor preta, quadrado/retangular, pés desmontáveis com 4 níveis de ajuste de altura, sendo altura mínima 4,5cm e altura máxima 17cm.			
82	SER	2	Carimbo automático 25x70mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 25x70mm.			
83	SER	30	Carimbo automático 24x41mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 24x41mm.			
84	SER	15	Carimbo automático 14x38mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 14x38mm.			
85	SER	1	Carimbo automático 10x50mm: carimbo auto entintado, corpo de acrílico resistente, retangular, retrátil com mola, tinta na cor preta, com placa de texto medindo <i>aproximadamente</i> 10x50mm.			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$	

5. Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do produto**, tais como serviços de frete, viagem, tributos, transporte, garantia, entre outros.

6. **Prazo de validade da proposta: 60 dias**, contados da partir da data da sessão pública.

_____, ____ de _____ de 2019.

Representante Legal
<Nome, RG e CPF>
(DENTRO DO ENVELOPE DE PROPOSTA COMERCIAL)



**ANEXO IX
(MINUTA)**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06 / 2019

Processo Licitatório nº 18 / 2019

Pregão Presencial nº 11 / 2019

A Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, Município de Pará de Minas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.931.994/0001-77, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Dilhermando Rodrigues Filho, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2019**, oriundo do **PROCESSO LICITATÓRIO nº 18/2019**, para o **REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2019**, conforme homologação publicada no dia / / no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital e sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 10.721/19 e 10.722/19, demais legislação complementar vigente e pertinente à matéria, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO** para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e outros materiais de consumo bem como prestação de serviço para confecção de carimbos para uso interno da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra o Edital como **Anexo I**.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o(s) fornecedor(es) e demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: (razão, social, CNPJ, endereço, representante)							
Item do TR	Especificação	Quantidade	Marca	Modelo	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total

FORNECEDOR: (razão, social, CNPJ, endereço, representante)							
Item do TR	Especificação	Quantidade	Marca	Modelo	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total



3. DA VALIDADE DA ATA:

A validade da presente Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1. Este instrumento não obriga a Câmara Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

4.2. A Câmara Municipal fará as aquisições mediante a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

4.3. As quantidades e os prazos de entrega dos produtos que vierem a ser adquiridos serão definidos na respectiva Ordem de Fornecimento.

4.4. O envio da Ordem de Fornecimento por e-mail, implica na ciência do fornecedor quanto ao início do prazo para a entrega dos produtos contratados.

4.5. Se o fornecedor se recusar a atender à Ordem de Fornecimento, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

5. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à Câmara Municipal promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

5.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Câmara Municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.2.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Câmara Municipal poderá:



a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.4. Não havendo êxito nas negociações, a Câmara Municipal **revogará** a ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.5. O registro do fornecedor será **cancelado** quando:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.

5.5.1. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” da cláusula **5.5** será formalizado por despacho da Câmara Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

6.1. As condições gerais de fornecimento, tais como os prazos, o local para entrega e recebimento do objeto, a forma de pagamento, as obrigações das partes, as penalidades e as demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seu anexo I (Termo de Referência).

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, quando houver, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 10, §4º do Decreto Municipal 10.722/19.

E por estarem de acordo com as disposições, firmam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor.

Pará de Minas-MG, de de 2019.

Pela Câmara Municipal:

Vereador Dilhermando Rodrigues Filho
Presidente

Pelo Detentor do Preço Registrado:

Representante Legal